

# **Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil**

*Márlío Lourenço Fernandes\**

## **1 SOCIOANÁLISE DE UMA TRAJETÓRIA CIENTÍFICA**

Antes de descrever a problemática inerente à tese da qual nasceu este artigo\*\*, a escolha do tema de pesquisa deve ser explicitada e analisada dentro de uma perspectiva reflexiva. A predisposição e a constituição desta pesquisa se devem ao meu percurso, ao meio social e aos diferentes contextos em que se inscreve a minha trajetória. Trata-se de uma história de migração estudantil comum para milhões de jovens de todo o mundo. A escolha de um campo de pesquisa se faz por razões diversas, tais como o percurso de vida, o percurso acadêmico, a possibilidade de financiamento, uma demanda exterior etc. No meu caso, a escolha é justificada pelo cruzamento de esferas profissionais, universitárias e privadas.

Meu percurso migratório estudantil teve como primeira etapa a capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, destinação inicial comum a milhares de jovens do interior do país. A segunda etapa do percurso foi mais incomum para os jovens da minha origem social, a saber, a migração internacional para a França, que levou a uma ruptura na vida profissional, social, cultural e econômica anterior. Ruptura, todavia, não pensada no ato de migrar, mas como processo vivenciado ao longo dos anos. Migrar é romper, expor-se, é “correr perigo”, é sentir-se duplamente ausente. É ao mesmo tempo sentir vontade de libertar-se e ser prisioneiro de um passado. A minha trajetória

---

\* Doutor em Sociologia pela Universidade Sorbonne Nouvelle.  
Contato: lourenco.marlio@gmail.com

\*\* O presente artigo é uma síntese da tese de doutorado defendida em janeiro de 2022

obviamente influenciou na escolha do tema de pesquisa, mas ao preço de um necessário trabalho de reflexão descrito nesta investigação. O interesse por analisar a migração dos meus conterrâneos camponeses, para além da reflexão sobre minha trajetória migratória e interdisciplinar da área de saúde para a de ciências humanas, passa pelo desejo de compreender as questões que determinam uma classe urbana e a rural de recantos do Brasil, tais como o Vale do Jequitinhonha. Pensar as trajetórias e destinações de acordo com a origem das classes urbana e rural do Vale do Jequitinhonha foi a interrogação social embrionária que se transformou na problemática sociológica inicial desta pesquisa. O entrelaçamento de minha formação e pesquisa contribuiu para o fato de que o interesse em desenvolver um primeiro problema - cuja finalidade era analisar as consequências do trabalho sobre a saúde dos migrantes cortadores de cana-de-açúcar - fosse posteriormente direcionado à compreender as consequências socioeconômicas do processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes e suas famílias do Vale do Jequitinhonha. Este tema tem, entre outras razões, a repercussão social, na região pesquisada, da mecanização da agroindústria brasileira de cana-de-açúcar.

## 2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O estudo empírico evidencia a afinidade entre as questões do Nordeste do Brasil e de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, guardadas as proporções em relação aos temas que envolvem a população rural e sua condição socioeconômica e ambiental de existência. A realidade desse Vale, porém, é distinta, pois no Nordeste de Minas, a plantation açucareira não se fez presente, como na Zona da Mata Nordestina. O Vale é uma região de ocupação diversificada onde a mineração teve lugar primordial, o que levou posteriormente a uma forma de povoamento específica, sobretudo nas grotas, porque elas possuíam a maior parte da água corrente, e comporta uma agricultura de pequeno porte posterior à falência da exploração mineral. Essas grotas são os vales profundos, às margens dos rios e córregos onde se tem agricultura de pequeno porte em oposição às chapadas, planícies altas, antigas áreas de uso comum. As grotas são áreas de cultivo de mantimentos, de onde sai o sustento da família e produtos para comercialização em feiras e pequenos estabelecimentos comerciais nas áreas urbanas. Nas chapadas, os agricultores extraíam recursos naturais, como madeira para construção e lenha, plantas medicinais, além de criar animais como cabras, equinos e algumas vacas etc. no sistema de “criação à solta” ou nas “áreas de uso comum”.

Se a migração estava anteriormente ligada ao fator econômico, à pobreza histórica e arraigada do Vale do Jequitinhonha, à falta de emprego regional e à seca recorrente, a mudança climática emergiu como um fator estruturante para a sua alteração. Nossa investigação revela até que ponto a mudança climática agrava a degradação ambiental que afeta a atividade agrícola nesta região semiárida de Minas Gerais: ela é, portanto, um determinante adicional da migração. Isso nos leva a descrever uma metamorfose da migração que se revela como uma alternativa aos trabalhadores migrantes para se adaptarem à fase atual do desenvolvimento brasileiro. Diante dessa configuração, formulamos a seguinte questão que norteou a tese: em uma época de mudanças econômicas e ambientais, rápidas e profundas, qual o impacto da associação entre a mudança climática e a modernização do trabalho sobre a migração de trabalhadores rurais?

Com o tempo próprio da construção do objeto de pesquisa, aprofundamos essa problemática inicial e analisamos as questões migratórias no Vale do Jequitinhonha associadas às mudanças climáticas e ao processo de modernização do mercado de trabalho na plantation canvieira. Para tanto, analisamos a história da exploração das riquezas dessa região, sistematicamente representada pelo estigma miserabilista, e pela política desenvolvimentista que diminuiu as fronteiras agrícolas dos camponeses, confiscando os recursos da terra. Principalmente, interligamos as questões ambientais à modernização do mercado de trabalho com fatores estruturais determinantes de uma nova configuração migratória. Analisamos os impactos da mudança climática, a crescente escassez hídrica regional, o processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar, a monocultura de eucalipto, a migração temporária, a precarização gradativa das condições de emprego e trabalho dos migrantes e as políticas públicas assistenciais que atenuam as formas de dominação dos trabalhadores rurais, sem, contudo, contribuir efetivamente para a emancipação socioeconômica dos beneficiados. Enfim, buscamos articular a adaptação da migração temporária de pequenos agricultores, sob o impacto da mudança climática, ao universo modernizado e precarizado das grandes plantações, do mercado de trabalho rural e urbano. Assim, colocamos a importância central nas questões do clima e da mecanização, analisando uma complexidade de fatores para a mudança estrutural dos padrões de migração.

O principal objetivo deste estudo é entender a migração temporária ou, em nossos próprios termos: migração adaptativa, que, correlacionada à mudança climática e a modernização do mercado de trabalho, leva uma maior mobilidade dos trabalhadores. Para tal objetivo, este estudo relacionou de modo multidimensional as circunstâncias históricas, geográficas, sociais e econômicas que construíram a realidade social contemporânea local:

a dominação sofrida pelo camponês no Vale do Jequitinhonha. O objetivo não é construir uma teoria de migração estável, mas entender como, em um território de migrantes cercado de questões históricas e contemporâneas controversas sobre “desenvolvimento”, o camponês, trabalhador temporário, adapta-se à nova era do desenvolvimento capitalista e da mudança climática, alterando sistematicamente seu padrão migratório. Não é objetivo deste trabalho construir uma “teoria de migração”, mas estudar as lógicas sociais que contribuem para a reprodução das desigualdades.

### 3 PROBLEMÁTICA E FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

O Brasil é um país cheio de controvérsias, com riquezas das quais somente um punhado de brasileiros tem o direito de usufruir plenamente. Essa desigualdade na distribuição de recursos é naturalizada graças a uma estrutura de poder que atravessa as relações sociais e não se limita à dimensão econômica (renda, riqueza), mas também determina a constituição de esferas culturais. De acordo com Souza (2009), apenas 20% da população são realmente privilegiados, sendo que, destes 20%, apenas 2% constituem a chamada elite, os demais 80% formam os mais variados níveis da classe trabalhadora, seguida da classe precária e, abaixo de todas elas, a “ralé”. Piketty (2013) mostra que o Brasil é um dos piores países do mundo em termos de desigualdade, ficando atrás apenas de países do Oriente Médio e da África do Sul.

Em meados de 2010, durante o período confuso para os migrantes em que se discutia a ameaça de desemprego, estive no Brasil para passar férias com minha família no Vale do Jequitinhonha. Em minha cidade natal, Minas Novas, comecei a ouvir as conversas e dialogar com pessoas concernidas por essa situação, aparentemente preocupadas com a “catástrofe” que seria para a região a mecanização da colheita da cana nos canaviais paulistas, até então a principal destinação dos migrantes locais. A sociedade civil, políticos, comerciantes e, sobretudo, os migrantes alertavam sobre o período pós-mecanização. O que seria do futuro da região, visto que o processo de mecanização iria inevitavelmente desenvolver o desemprego, o que, por sua vez, acometeria a população e a economia regional? Diante desse fato, surgiram vários questionamentos: poderíamos realmente falar de uma “explosão” de desemprego em nível regional no Jequitinhonha? Quais seriam as novas estratégias de migração? Haveria alguma medida preventiva tomada pelas autoridades públicas, nacionais e regionais para antecipar esse potencial drama social? Silva, no final do século passado, alertava: “qual será o

destino dos milhares de migrantes sazonais que, todos os anos, permanecem nesta região durante oito meses ou mais?” (SILVA, 1999, p. 309). A condição socioeconômica regional, expressa nos baixos índices de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha, tem historicamente pressionado a população rural a migrar em busca de trabalho fora de seus municípios, em um setor de atividade ligado ao *habitus*<sup>1</sup> de operário. Isso não é um fenômeno novo, mas o fluxo migratório torna-se de mais a mais vital para uma população tornada progressivamente vulnerável devido à expropriação territorial, à modernização do mercado de trabalho, expressa na mecanização da colheita de cana-de-açúcar, e à mudança climática e seus efeitos, notadamente sobre a produção agrícola familiar local.

Se em um período anterior à massificação da mecanização e ao aumento dos efeitos da mudança climática era possível para o camponês cortar cana em São Paulo durante a safra e, na entressafra, voltar a trabalhar na região de origem, fazendo lavoura na roça, atualmente essa associação de trabalhos está sendo inviabilizada. Por conseguinte, o cerne das questões abordadas nesta análise são as seguintes: que mudanças no mercado de trabalho estão levando a novos e complexos circuitos de migração e de trabalho precário? Em que medida o acesso da população às políticas de renda social é crucial? E como as mudanças climáticas e a degradação do sistema hídrico regional dificultam as estratégias produtivas agrícolas e o acesso às políticas públicas de agricultura familiar? Desse emaranhado de questões emerge a principal problemática desta tese: como as mudanças climáticas, a migração, a desagregação familiar dos camponeses e a precarização do trabalho estão interligados em um processo crescente de dominação de indivíduos vulneráveis? Essas questões cristalizaram uma problemática geral relativa à vulnerabilidade de camadas sociais dominadas. Dessa problemática surgem várias hipóteses que o desenrolar da tese irá validar ou invalidar à medida que serão confrontadas com o material coletado no campo e na literatura. As duas principais são referidas a seguir:

### *Hipótese 1*

Historicamente o período de migração dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha coincidia com o pretense período de seca na região de origem e com o aumento da demanda por trabalhadores na região de destino, notadamente na indústria canavieira em outras regiões do Brasil, principalmente o estado de São Paulo. Essa combinação de fatores permitiu cunhar a migração temporária local como sendo principalmente sazonal. Entretanto, nós consideramos que a migração contemporânea expõe os trabalhadores rurais migrantes a condições de trabalho e emprego cada vez mais precárias.

## *Hipótese 2*

Acreditamos que a nova dinâmica migratória tende a desestruturar as comunidades rurais, com graves consequências sociais para a região, e destacamos o impacto sobre o grupo familiar da sociedade de origem. A migração temporária continua a perpetuar o desenraizamento social, comunitário e familiar, sobrecarregando física e mentalmente homens e mulheres e gerando problemas de saúde invisibilizados no seio da sociedade local, sem mencionar a perda de direitos previdenciários sofrida pelos trabalhadores rurais.

## 4 A PESQUISA DE CAMPO: ESCOLHA DOS PARTICIPANTES, METODOLOGIA, OBJETIVOS

A população envolvida em meu trabalho de campo é composta por migrantes, ex-migrantes e suas famílias, bem como por agentes sociais da região do Vale do Jequitinhonha. Os proprietários de terras, da região de origem, estão localizados nas áreas rurais desses três municípios: Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas. O recorte regional dos municípios pesquisados foi determinado a partir da associação do fenômeno migratório à seca e à natureza irregular do clima semiárido. Além disso, a condição de familiaridade do pesquisador com o terreno e os laços sociais decorrentes inegavelmente influenciaram a delimitação geográfica da pesquisa de campo. Esses municípios também foram selecionados devido à proximidade geográfica e uniformidade social, econômica e cultural, além do fato de que todos estão caracterizados pela forte migração. Todos possuem suas sedes cercadas por distritos satélites e inúmeras e dispersas comunidades rurais que formam a maioria populacional. Assim, estive, somente entre dezembro de 2012 e março de 2013, em 25 comunidades rurais. Outras observações ocorreram, anteriores e posteriores a essas datas, distribuídas entre os anos de 2012 e 2017. Foi particularmente a partir de uma abordagem temporal e geográfica multilocalizada que busquei apreender a realidade por trás da migração, objetivando compreender a migração regional contemporânea e, sobretudo, as estratégias de reprodução social do camponês migrante e suas interrogações. O intuito foi também conhecer a diversidade migratória dentro da relativa homogeneidade socioeconômica local.

O estudo sociológico realizado nesta pesquisa foi adaptado ao estado das relações sociais previamente estabelecidas, mas também à competência de um pesquisador principiante. A metodologia aplicada foi objeto de constante vigilância, devido à visão familiar. Particularmente, o que devia fazer era esquivar-me de discussões de senso comum e concentrar sobre

as problemáticas e hipóteses norteadoras deste estudo. A abordagem considerou, sobretudo, o registro da observação direta, método por excelência que define a prática sociológica, empenhada em observar e analisar as comunidades, as famílias, os migrantes e o meio ambiente, uma abordagem sociológica que permite a análise do fenômeno migratório local como um processo em transformação contínua. Sem seguir um manual preconcebido, a abordagem foi adaptada ao contexto específico de cada comunidade e família frequentada, bem como adequada à existência ou não de um intermediário.

A investigação aconteceu conforme dupla inserção, no campo e na cidade. Nas cidades, foram envolvidas, sobretudo, as instituições (hospitais, sindicatos, prefeituras, ONGs e associações diversas). A atenção foi voltada para as diversas instituições, governamentais ou não, e representantes sociais que interagem com a vida do migrante. No campo, o trabalho era observar, conviver e entrevistar os camponeses *in situ*. Algumas comunidades e famílias foram visitadas de forma recorrente, uma análise etnográfica comprometida com o uso documental a partir de imagens, áudios, depoimentos e anotações no caderno de campo. Para encontrar os migrantes, o trabalho foi organizado de duas maneiras: eu os procurava, com ou sem intermediários, em suas comunidades ou nas instituições públicas. Frequentava o Sindicato de Trabalhadores Rurais, participava de reuniões e seminários nos quais haveria migrantes participando das atividades. Esta poderia ser a ocasião de um primeiro contato com vistas a uma visita domiciliar posterior. Ao organizar as visitas, apelei para minha familiaridade com o povo local. Para visitar as casas dos migrantes nas regiões rurais eu ia, sempre que possível, acompanhado por alguém que já conhecia as comunidades e os migrantes.

Este estudo buscou construir uma amostra coerente com a população analisada e com as posições teóricas e metodológicas da pesquisa qualitativa. Ao total, foram realizadas 54 entrevistas, sendo que a maioria dos entrevistados eram homens migrantes. Em menor número, mulheres, profissionais liberais, políticos locais, representantes sociais etc. Metodologicamente, a escolha pelo número maior de homens justifica-se por ainda ser predominantemente masculina a emigração local, sobretudo para a usina de cana-de-açúcar, mas também para a colheita de café e laranja, além da construção civil. Cabe ressaltar, porém, que a mulher migra cada vez mais. As mulheres entrevistadas eram mães, irmãs ou filhas de migrantes. Os dados analisados estatisticamente buscam elucidar algumas características dos 35 homens migrantes entrevistados. Os entrevistados tinham média de 40 anos e iniciaram a migração ainda muito jovens. Com alto índice de matrimônio, cerca de 75% eram casados e tinham filhos. Eram em sua maioria negros e mestiços; 34 homens declararam que seus ancestrais eram

também migrantes. As terras em que vivem foram heranças dos pais. Mais de 50% afirmaram ter mais de 20 anos de migração temporária. O tempo médio de ausência é de oito a nove meses, mas alguns migram por quatro meses, outros podem ultrapassar um ano.

Do ponto de vista metodológico, tentamos compreender o emaranhado de fenômenos e situações que envolvem a migração, a partir da observação e análise das entrevistas realizadas, sobretudo nas casas, nas comunidades rurais da região. Pois, como lembra Comerford, a migração no Jequitinhonha “gera muito assunto” no fim do ano, momento de maior retorno de migrantes à região natal. “Fala-se muito também de deslocamentos aos lugares com oportunidades de trabalho, combinam-se viagens em busca de trabalho ou fazem-se convites para que uma pessoa acompanhe a outra onde haja serviço certo” (COMERFORD, 2014, p. 127).

## 5 O ESTUDO DO MEIO RURAL: DA MODERNIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO À MUDANÇA CLIMÁTICA

O estudo do meio rural cresceu no Brasil no período inicial do processo de modernização da agricultura. O processo de modernização conservadora da agricultura implementado nos períodos ditatoriais foi objeto de estudos para a compreensão da natureza do desenvolvimento brasileiro. O crédito subsidiado, os incentivos fiscais e a alienação de terras públicas foram os principais instrumentos estatais desse processo. Tal modernização incentivou a expansão do latifúndio, mas, no seu aspecto social, acentuou o êxodo rural, iniciado antes desse processo, e manteve a agricultura de pequeno porte como principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. Definida como “modernização dolorosa” por Graziano (1982), foi também um processo desigual de desenvolvimento da agricultura entre regiões em um país de dimensão continental. Por não ser uniforme, a modernização do mundo rural atinge de forma desigual as regiões brasileiras e suscita diferentes correntes migratórias. Contudo, não pretendemos fazer aqui uma análise detalhada da Sociologia e Antropologia rural brasileira. Gostaríamos simplesmente de sublinhar fatos sociais relacionados à *plantation*, desde os primeiros estudos na década 1970, para situar os impactos de sua modernização sobre os trabalhadores rurais em uma era em que se discutem os efeitos adversos da mudança climática sobre o mundo social. Aqui retomamos a noção de “vulnerabilidade” (CASTEL, 1995) para mostrar que são os desfavorecidos os que mais sofrem com os efeitos da mudança climática: esta mudança atua sobre um sistema de dominação entre as classes econômicas. Ser vulnerável nesse contexto é estar exposto a um mercado de trabalho “modernizado”,



instável, que submete reações ajustadas dentro de um espaço delimitado para os trabalhadores rurais migrantes. A vulnerabilidade também corresponde à fragilização das relações de emprego e das ligações sociais primárias que provocam instabilidade familiar e comunitária (CASTEL, *ibid.*). Essa “modernização” sempre existiu, e dá sinais de que voltou a existir, cada vez mais, no Brasil, haja vista a reforma trabalhista aprovada em 2017. Sua face espoliadora, desburocratizada, de ideal escravagista remete a padrões anteriores às legislações trabalhistas.

Analisar o mundo rural contemporâneo é um imperativo para compreender a notória questão das desigualdades socioeconômicas no Brasil, que também se reproduzem entre suas diferentes regiões. O país vive um processo de desenvolvimento desigual, quando se discute a concentração territorial, a situação socioeconômica, as relações de trabalho, emprego e renda. Há significativa desigualdade entre ricos e pobres, de renda, fiscal, de acesso à educação, entre homens e mulheres, entre negros e brancos, entre condições de empregos formais e informais. A migração interna de trabalhadores rurais, como resultante dessas desigualdades, é um fato social histórico, dinâmico e diversificado. Analisar a situação do meio rural brasileiro pelo prisma dos camponeses que se proletarizam temporariamente não é tarefa nova no meio acadêmico, mas segue pertinente dada a grandeza e diversidade da problemática da economia da *plantation*<sup>2</sup> em um país de dimensões continentais. Partiu-se dos questionamentos do impacto da redução da demanda de mão de obra, provocado pela modernização da *plantation* canavieira, sobre uma economia de uma região e população fornecedora de mão de obra migrante para, com base na construção do objeto sociológico, vir a analisar as implicações do processo de proletarização e precarização crescente dos trabalhadores rurais migrantes. Essa análise sociológica do mundo rural envolto pelas questões da economia da *plantation* demonstra não só a importância da observação etnográfica, como um dos procedimentos da metodologia comum da Sociologia rural ou Antropologia, mas também esclarece as formas diversificadas e complexas de dominação do campesinato.

Nas últimas duas décadas, as ciências sociais analisaram as transformações do mundo rural, mas atualmente o estudo das questões agrárias, na hierarquia dos temas acadêmicos da área, tem perdido seu valor. O interesse pela pesquisa de grupos sociais rurais tem sido menor do que pelo estudo dos grupos sociais urbanos. Contudo, regiões distantes dos grandes centros e ainda com altos índices de moradores rurais, tais como o Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, têm sido um campo de pesquisa etnográfica com importante produção bibliográfica. Souza (2003) observa

que o Vale entrou na rota das pesquisas científicas, tendo sido produzidas significativas quantidades de artigos, monografias e teses. Assim sendo, não se pode dialogar sobre o processo de dominação no Vale do Jequitinhonha sem mencionar o livro “Os Deserdados da Terra” (MOURA, 1988), que nos aproxima da compreensão sobre as “disputas de terra e trabalho” (MARTINS, 1986) na região e leva a entender as motivações do conflito pela terra e o direito ao trabalho a partir da segunda metade do século XX. Ao ler o trabalho de Moura, compreende-se a questão da propriedade da terra no Vale e como grande parte dos camponeses perde suas propriedades, seus “situs”. Outro trabalho fundamental que explicita, entre outros fatos, a dominação sofrida pela população camponesa do Vale é o de Silva (1999), “Errantes do fim do Século”. É no contexto dessa “modernização trágica” (SILVA, 1999) ou “modernização retardatária” (LEITE, 2013) que a migração se intensificou na região. Milhares de homens começaram a migrar para trabalhar nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. O processo histórico de expulsão da população carente nos municípios brasileiros forjou, assim, a proletarianização dos camponeses. “O processo de expropriação precede logicamente o processo de proletarianização dos trabalhadores” (GARCIA, 1989, p. 190).

Pereira (2020), aborda a contribuição do pensamento de Sayad à compreensão da migração contemporânea a partir da emigração de camponeses do Vale do Jequitinhonha. Para ele, o progresso chegava e: “Ruía-se um modo de vida baseado em costumes, na posse da terra e na economia de autoprovisionamento para entrar em outro modo de vida baseado em letras de leis, migrações e trabalho assalariado, apropriação privada dos meios de produção, todos estranhos à lógica camponesa de reprodução social”. (PEREIRA, 2020, p. 272). Há décadas a migração definitiva de alguns membros da família tem sido uma estratégia importante para garantir a permanência de outros membros, pois evita subdivisão acentuada das unidades de produção familiar que inviabilizaria a sua reprodução como camponeses (GALIZONI & RIBEIRO, 2003). De outro lado, a migração temporária tornou-se uma das principais fontes de renda para importante parcela de famílias camponesas e estratégia de reprodução social local. Para Galizoni, estudiosa das questões agrícolas do Vale do Jequitinhonha, “a exaustão dos recursos ambientais e o crescimento demográfico estão presentes como fatores que podem provocar uma ruptura entre as famílias e o meio, criando desequilíbrio e deteriorando a qualidade de vida” (GALIZONI, 2007, p. 17).

As abordagens do mundo rural regional pelas ciências humanas são as mais diversificadas. Elas incluem temas como: migração, trabalho, meio ambiente, a seca recorrente, a agricultura familiar. Mas elas não incluem

em uma perspectiva que associe os impactos da modernização do mercado de trabalho à mudança climática. A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo abordar as repercussões dessa associação sobre migração de camponeses, trabalhadores rurais, nos tempos atuais. Para tanto, o trabalho de campo segue uma corrente de investigação teórica para a construção do objeto de estudo. A pesquisa de campo realizada no lugar de origem dos migrantes se deu por causa da grande e crescente diversidade dos fluxos migratórios, o que dificulta a análise e observação nos mais diversificados pontos de chegadas. Uma parcela desses trabalhadores vive, há décadas, o sentimento de “dupla ausência” (SAYAD, 1999) dentro do seu próprio país. Há uma multiplicação das destinações migratórias, principalmente geográficas, mas também em termos de atividades de trabalho. Leite Lopes reafirma o que observamos em relação aos trabalhadores migrantes temporários: “O que tem acontecido nos últimos anos, à semelhança do que ocorre na parte agrícola da plantation açucareira, é o fato do trajeto geográfico dos trabalhadores temporários ter aumentado, com deslocamentos para estados mais distantes” (LEITE LOPES, 2011, p. 3).

O corte de cana manual é reconhecidamente um trabalho árduo, remunerado por produção, que chega a provocar mortes em decorrência do esforço. Contudo, antes da predominância da mecanização da colheita de cana-de-açúcar, o migrante tinha assegurado um emprego nesse trabalho temporário. O salário proveniente das usinas canavieiras associado aos ganhos provenientes da pequena agricultura ajudava o camponês a manter a sua família nas comunidades rurais e contribuía para aquecer o comércio no Vale do Jequitinhonha no período de entressafra. Atualmente, sob os efeitos da mudança climática (aumento do calor, diminuição dos recursos hídricos e alteração dos ciclos das chuvas) e da acelerada modernização do agronegócio e da mecanização das colheitas, o elo entre o trabalho na roça e nos canaviais está se desfazendo. O dinâmica de alternância sazonal entre o trabalho na roça e nos canaviais está sofrendo modificações profundas que chegam a descaracterizá-la. O desfazer da complementação entre a renda salarial do destino da migração e o ganho material com o trabalho nas roças dificulta a gestão econômica das famílias camponesas, altera e diversifica os padrões de produção e consumo ao longo do ano. A dissociação entre períodos de ausência assalariada e de presença no Jequitinhonha, na época das chuvas regulares, das colheitas, não mais concentradas, como antes, no verão, mas imprevisíveis, tem provocado alteração no paradigma migratório sazonal. A imprevisibilidade do “tempo-das-águas”<sup>3</sup> tem dificultado a associação das estratégias de produção e migração alternadas.

## 6 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UM TERRITÓRIO EXÓTICO

Desde o povoamento da região, no século XVIII, a atividade mineradora foi praticada até o esgotamento do ouro e diamante. Hoje, essa mineração é praticamente extinta na região. Foi em decorrência da ocupação resultante dessa exploração econômica extrativista de Minas Gerais que ocorreu a aglomeração de populações na vasta região hoje conhecida como Vale do Jequitinhonha. Essa ocupação ocorreu principalmente nas margens dos rios. “Foi a partir das fontes de água que as famílias rurais organizaram seus sistemas de vida, produção e ocupação das terras” (GALIZONI, 2013, p. 35). Ribeiro (2013) descreve que, no começo do século XIX, a população daquele Vale teve que começar a ocupar a mata. Nesse início dos anos 1800 os camponeses mais pobres buscavam uma via de emancipação frente ao poder dos fazendeiros do Vale do Jequitinhonha, a quem tinham que se submeter para conseguirem o trabalho que assegurasse a sua sobrevivência, período em que acabou o ouro fácil e os moradores começaram um movimento migratório e povoador para as regiões próximas por mais de um século. As cidades que se formaram em torno das atividades de mineração de ouro têm parte de sua população convertida em agricultores. Uma vez que a mineração deixou de ser a principal atividade econômica, ela foi substituída pela agricultura de pequeno porte. Essa prática agrícola impera na região ao longo de gerações de homens e mulheres que cultivaram as terras durante os dois séculos seguintes, até a chegada das políticas desenvolvimentistas da década de 1970, que em nome do “progresso” contribuiu para que a pobreza sustentada começasse a ser implantada no Vale (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983, p. 87).

A expansão do campesinato é, no Alto Jequitinhonha, barrada pela monocultura de eucalipto, como aconteceu com as cercas das fazendas no Nordeste do país, fenômeno mais antigo, que constituiu o padrão de colonização de amplos setores na região, caracterizado pelos senhores de engenho do litoral e os coronéis do gado do sertão. Para explicar o início do processo de expropriação no Vale do Jequitinhonha, é necessário se referir a dois processos de apropriação pelo capital das terras na região. Cronologicamente, a apropriação dessas terras foi realizada primeiramente por fazendeiros na década de 1960 e, na década seguinte, por empresas de reflorestamento com a chegada do eucalipto. Por meio de sua política desenvolvimentista da década de 1970, o Estado ditatorial aprofundou a secular exploração de recursos e ocupação de áreas exploradas pela lavoura tradicional, que contribuíram para acentuar a transformação de camponeses em migrantes proletários. Como a imigração argelina na França, planejada por parte do Estado colonizador, promoveu a expulsão de milhares de

camponeses argelinos de suas terras em benefício de empresas francesas que promoveriam o desenvolvimento na Argélia, no Alto Vale do Jequitinhonha ocorreu um processo de expropriação de terras camponesas coordenado pelo Estado em nome de um suposto desenvolvimento. “Fica claro aí o caráter da violência explícita e o monopólio da violência exercida pelo Estado” (SILVA, 1999, p. 44). Efetivamente, há grande proximidade entre os trabalhadores argelinos desapropriados para a colonização de suas terras expropriadas e os camponeses do Alto Jequitinhonha, que viram as terras de uso comum, as chapadas, sendo tomadas pela implantação da monocultura de eucalipto em um processo de expropriação patrocinado pelo Estado.

A atividade de empresas multinacionais de eucalipto, fazendas de café, mineradoras e usinas hidroelétricas presentes na região atualmente segue expatriando a riqueza, degradando o meio ambiente e escasseando os recursos hídricos, assim, contribuindo para a expulsão do homem do campo que, pressionado pela falta de terra e emprego, tornou-se um migrante “errante” (SILVA, 1999) Brasil afora. Esses acontecimentos socioeconômicos e políticos passados, principalmente a política desenvolvimentista, influenciaram o presente e fizeram da estigmatização do Vale do Jequitinhonha uma forma de violência simbólica deletéria à representação do Vale como uma entidade cultural personificada aos olhos da população exterior ao universo desse estudo. Ou seja, um processo impositivo de inculcação de uma inferioridade identitária que insiste em naturalizar o subdesenvolvimento da região, sistematicamente estigmatizada por representações de atores políticos, midiáticos e, muitas vezes, acadêmicos. Alguns desses atores chegaram a dizer que a monocultura de eucalipto era a “vocaçãõ” econômica da região. Naturalizaram assim a violência e a dominação política, social, econômica e institucional que a ciência denuncia e desvela suas arbitrariedades para ajudar em suas transformações. Alimentaram falsas verdades que, além de naturalizarem a desigualdade socioeconômica fomentada pela secular expropriação de riquezas naturais, contribuíram para ocultar a responsabilidade do Estado na política desenvolvimentista que trouxe danos irreparáveis ao meio ambiente, à sociedade e à economia da região.

A *plantation* de eucalipto alterou profundamente as relações locais entre terra e trabalho e contribuiu para acentuar o número de migrantes. Esses migrantes, “errantes” (SILVA, 1999), aumentaram o número de proletários no mercado de trabalho das grandes plantações. Desde então, os camponeses dessa região integraram massivamente o exército de reserva nacional de trabalhadores proletarizados no Brasil. Eles sobrevivem há décadas por meio de um elo de atividades, cada vez mais ameaçado, a saber: a de assalariado, migrante sazonal e a de camponês autônomo, migrante potencial, e contribuem assim para a reprodução social e familiar

da população rural no Vale do Jequitinhonha. Nessa região, a relação de presença e ausência, própria da vida de migrante temporário, permitiu aos camponeses retardarem o desenraizamento comunitário e familiar no campo decorrente do processo crescente de urbanização. Esses tempos de presença e ausência foram mediados pelo mercado de trabalho no setor do agronegócio na região de destino e pela agricultura de pequeno porte na região de origem. Atualmente, as alterações no padrão das chuvas têm causado efeitos sobre a agricultura local, dificultando as plantações, colheitas e a criação de animais. Durante décadas, o ciclo das chuvas ou “tempo-das-águas”, como dizem os camponeses, foi o tempo de ser agricultor familiar, com plantio de roças de feijão, milho, mandioca, arroz, etc. O período da seca, por outro lado, correspondia à época da migração sazonal. Nesse tempo em casa, à medida que o cultivo agrícola torna-se inviável, por causa das questões ambientais, climáticas e do esgotamento da fertilidade das terras, e que o dinheiro recebido na migração anterior diminui, partir novamente torna-se inevitável.

## 7 RESULTADOS

Ao analisarmos os dados da pesquisa de campo, observações e entrevistas, encontramos-nos em condições de correlacionar as estruturas históricas, econômicas, sociais e ambientais às disposições migratórias da população local. Por meio de uma abordagem geográfica multilocalizada na zona rural dos três municípios analisados, procuramos compreender a realidade por trás da migração contemporânea e as estratégias de reprodução social do camponês migrante. Conforme os dados de campo e dos procedimentos da ciência, buscamos retratar as formas de adaptação da economia capitalista à nova realidade ambiental, especialmente por meio da desregulamentação do mercado de trabalho, a precarização crescente e o aumento do ritmo de trabalho. Relacionamos os efeitos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre o emprego e a mobilidade do migrante com o déficit hídrico crescente em sua região de origem. Analisamos a alteração do ciclo das chuvas, observamos a degradação ambiental, o esgotamento da terra, dos recursos hídricos, expresso na seca crescente das lagoas, dos rios e córregos, e o uso de tecnologias sociais para o convívio com a seca: cisternas de captação de água de chuva, barraginhas, barreir-trincheira e poços artesianos. Projetos de conservação das nascentes de rios e córregos tentam também mitigar o processo avançado de degradação. Para demonstrar as mudanças climáticas observadas pela população rural do Vale do Jequitinhonha, realizou-se levantamento de dados mensais obtidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) referentes à temperatura

média compensada e à precipitação para o período de 1o de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 2020, ou seja, nos últimos 60 anos. A análise estatística, baseada em dados sobre a temperatura média ponderada e a quantidade de precipitação, revelou uma distribuição anômala e uma diferença significativa entre os três períodos comparados.

O Vale do Jequitinhonha possui excedente mão de obra barata, sem qualificação profissional, que com a marginalização socioeconômica regional é estimulada a migrar. Há várias formas de contratar um trabalhador rural da região. A oferta de emprego chega à região, em sua maior parte, por intermédio de representantes do agronegócio, que vêm em busca do baixo custo da mão de obra. Outros representantes, empresários intermediários, selecionam e contratam os trabalhadores para empreitadas na construção civil, obras com duração determinada. Eles organizam os grupos de migrantes para diversas empresas e empregos, tanto no setor do agronegócio, como na indústria civil. Esses agenciadores recrutam os trabalhadores por intermediários locais. A região em questão contém um exemplo do tipo de mão de obra proletária “que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 1989, p. 731), esse exército industrial de reserva, indispensável ao sistema capitalista, produzido ao longo dos anos pela exploração territorial e a exclusão socioeconômica do campo. Assim, o excesso de oferta de mão de obra, devido à concorrência excessiva, é mais sentido do que a condição econômica subalterna ou o subemprego em si. Habitados a uma situação de vulnerabilidade na região de origem, semelhantes na subserviência, trabalhadores *bon marché*, os migrantes temporários são os menos custosos e mais desamparados. Se o trabalho análogo ao escravo, a perda de autonomia e o acelerado ritmo de trabalho são essenciais para compreender a realidade do trabalho, o desemprego mergulha indivíduos numa tal alienação que os impede de pensar na sua dominação.

### *7.1 Questões migratórias e trabalho*

A mudança das estratégias migratórias é um dos alvos importantes da análise do desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil, considerando-se a vastidão territorial do país, que encerra estágios de desenvolvimento econômico, tecnológico e social muito diversos, a transformação dos modos de produção e das relações de trabalho. Assim, procuramos analisar a migração do ponto de vista da família do migrante, mas situando-a historicamente em seu contexto e em suas transformações contemporâneas. O ponto de vista do camponês é o prisma pelo qual se pensa o emaranhado de questões históricas, econômicas e políticas que caracterizam a modernização do meio rural brasileiro em geral, notadamente a mecanização do setor canavieiro paulista e do Vale do Jequitinhonha em particular.

A sazonalidade e instabilidade do emprego contribuem para que o migrante, solteiro ou casado, sempre retorne à sua região de origem. Com o passar do tempo, devido às dificuldades de se formar lavoura ao modo antigo, a duração da estadia na terra de origem é cada vez mais ditada pelo calendário da oferta de emprego nos locais de destino. Woortmann (1990) salienta que, ao restringir-se o espaço “natural” da reprodução camponesa (como acontece no caso da implantação da monocultura no alto Jequitinhonha), outros espaços sociais são construídos, entre eles, aquele decorrente da migração, como forma de manter o espaço fundamental, o sítio. Como ocorria para com os sergipanos estudados por Woortmann, por vezes, no Jequitinhonha, as melhores oportunidades de emprego podem coincidir com o cultivo agrícola, quando é mais necessária a presença do migrante em suas roças.

A migração nos últimos anos, vem ganhando contornos de uma migração adaptativa que se caracteriza por novas estratégias sociais em face das transformações climáticas e econômicas. O termo de migração adaptativa é usado para diferenciá-la da migração sazonal. Essa nova configuração, a organização temporal da vida dos migrantes, molda-se, para além das questões econômicas, ao ciclo de chuvas, à seca e à diminuição dos recursos hídricos. A migração é analisada aqui a partir do local de origem, onde são organizados os vários tipos de deslocamento. Objetivou-se analisar a problemática do papel da mobilidade do trabalhador como instrumento de ajustamento à modernização da economia e à mudança climática.

As categorias: sazonal, temporária e permanente são altamente alternadas entre si nas práticas migratórias dos trabalhadores entrevistados. A migração é representada de forma dinâmica, mutável e reversível entre suas diferentes categorias. O tempo migratório é cada vez mais incerto a julgar pela crescente diversidade de atividades de trabalhos e destinações geográficas. Conceituar a migração em lugar onde ela se metamorfoseia sistematicamente para adaptar-se ao período de acelerada modernização da plantation e aos impactos negativos da atividade econômica predatória sobre o ambiente - e isso reverte na vida da população local - é tentar emoldurar uma realidade migratória extremamente mutável e incerta. Difícil definir uma única categoria de migração que abranja integralmente tal realidade. Daí a preferência por descrever suas diferentes formas a se apegar a uma categoria, pois esta acabaria se distanciando da percepção dos próprios agentes da migração. A realidade da migração está em constante mutação, e a teoria desenvolvida aqui, de uma migração adaptativa, metamorfoseada, com características diferentes, visa acompanhar essa mudança.

É uma migração temporária que historicamente seguiu o calendário das safras do agronegócio brasileiro, mas que tem se transformado nos últimos anos, devido a fatores econômicos, sociais e ambientais. Atualmente há



mais flexibilidade nas datas de saída e retorno dos migrantes de suas regiões de origem, concomitantemente à alteração dos destinos geográficos e das atividades exercidas por eles nas destinações. A mudança climática, a seca e a diminuição dos recursos hídricos são forças que acentuam a migração atual, mas somente as justificativas ambientais não são suficientes para explicar as metamorfoses da migração. É necessário, para tanto, interpretar a migração contemporânea e seus novos fluxos para os mais diversos mercados de trabalho, desde o tradicional e regressivo emprego na colheita de cana-de-açúcar até os demais agrícolas, como a colheita de café e laranja, além do trabalho na indústria de construção civil, comércio, mineração, entre outros. Esse “inventário de ocupações” (SIGAUD, 1979, p. 187) acentua-se com a mecanização como alternativa ao corte de cana manual pelos migrantes. A emigração recente tem grande e progressiva diversidade de destinos e atividades. A realidade migratória diversificada que deveria, de certa forma, ser celebrada, pois a diversificação poderia oferecer melhores alternativas, é na verdade consequência, entre outros fatores, da mecanização da colheita de cana-de-açúcar, e não uma opção deliberada do trabalhador. O migrante local é submetido às transformações do mercado de trabalho e por isso sujeito a constante alteração de seus deslocamentos, de sua atividade e ciclo migratórios. A insegurança de ter que escolher a cada ano destinos diversos, uma vez terminado um contrato de trabalho distante de casa, é a regularidade migratória deste início de século para os habitantes da região. Assim, como exemplo, um trabalhador pode iniciar uma migração sazonal na colheita de cana-de-açúcar, voltar ao ponto de partida, passar para a construção civil no ano seguinte ou permanecer alguns anos “fora” nos grandes centros e voltar à região de origem para estar com a família. Portanto, é necessário estudar esta combinação migratória de tempos, atividades e destinos. Um ciclo migratório pode durar alguns meses, alguns anos e dentro dele pode haver ciclos longos ou curtos em que o migrante exerce uma mesma atividade ou as alterna. Outrossim, ele pode permanecer um não migrante na região durante anos e voltar a migrar depois. Quase sempre se é um potencial migrante. Se o trabalho do sociólogo define grupos sociais, populações-alvo ou categorias de trabalho, nesta análise trabalhamos com o camponês que se torna proletário temporariamente.

No mercado feminino, as mulheres têm seus fluxos migratórios direcionados para o comércio, para as colheitas mais “leves” do agronegócio (café e laranja) e para trabalharem como empregadas domésticas. Ouvi relatos de mulheres que trabalham em empresas de fabricação de calçados no Triângulo Mineiro ou no comércio em São Paulo. Outras que migraram para a colheita de café em Minas e São Paulo, solteiras ou com os maridos. A atividade que simboliza a migração feminina, especialmente das mulheres

jovens, é a de empregada doméstica. Esse mercado leva as jovens do meio rural tanto para as sedes das cidades locais da região quanto para as grandes metrópoles. Há considerável dispersão de destinos, mas São Paulo é o estado de mais destinação. No ano de 2013, houve, enfim, o reconhecimento, pela lei brasileira, do trabalho de empregada doméstica, estendendo a essa classe profissional os direitos já existentes para as demais classes de trabalhadores. A partir da Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013, inúmeros direitos trabalhistas foram assegurados às empregadas, o que contribuiu para consolidar esse mercado de trabalho migrante para as mulheres da região. Mesmo sem termos conhecimento de um estudo local sobre os impactos dessa lei na migração feminina e seus efeitos socioeconômicos para emancipação da mulher regional, ficou evidenciado que as mulheres têm aumentado, por meio da emigração, as possibilidades de trabalho. A mulher casada migra com menos frequência e acompanha o marido principalmente na colheita de café e laranja. Aquelas que ficam são frequentemente esposas dos migrantes, responsáveis pela gestão familiar durante a ausência do marido. As mais novas e solteiras migram cada vez mais.

Durante a migração masculina, as mulheres que ficam se ocupam das coisas da casa, do lar, o que inclui o trabalho de casa e na roça, o cuidado das crianças, a gestão econômica dos recursos da família, provenientes do Estado (bolsa família) e do trabalho masculino e feminino. Muitas vezes, quando o homem retorna da migração, a roça já está pronta. Na região, o roçado não é atividade exclusivamente masculina. Durante o período em que os camponeses ali permanecem, não se percebe “a clássica divisão entre trabalho masculino e feminino, no que diz respeito ao trabalho na lavoura e na lida como o gado” (GALIZONI, 2007, p. 34). Ademais, como o trabalho do homem é feito principalmente durante o pretense período chuvoso e como este está incerto, o trabalho da mulher no roçado torna-se ainda mais imprescindível para o cultivo agrícola, pois é ela quem vai roçar as terras quando do sinal das primeiras chuvas. A mulher chefe da família tem suspensos os papéis masculinos que ela exercia provisoriamente na ausência do marido. Para os camponeses migrantes beneficiados, o bolsa família, gerido pela mulher que faz as compras e não faz “conta” no comércio local, como outrora, para que o homem pague quando retorna da migração, auxilia os investimentos. Assim, a mulher na qualidade de titular do Programa Bolsa Família participa mais das decisões sobre a renda e o lar e experimentam mais reconhecimento social.

Há um entrelaçamento constante entre atividades formais e informais que se apoiam reciprocamente. A atual e dinâmica diversidade de fluxos, ciclos e redes de migração é testemunha da histórica concentração latifundiária brasileira. Uma variável migratória no Vale Jequitinhonha

é exatamente a dificuldade de se medir a diversidade de destinos e atividades a que estão sujeitos os trabalhadores. Nesse sentido, a migração é, “sobretudo, o lugar da multiplicidade dos ‘tempos’” (ALMEIDA & PALMEIRA, 1977), mas também das atividades. A flexibilidade forçada do emprego é tal que o período de tempo em que se é um migrante é incerto. Após passar por diferenciados e concorridos processos de seleção, nada assegura ao trabalhador, contratado durante uma safra, uma obra ou outra atividade qualquer, que ele será recontratado uma vez terminado o trabalho. Atualmente, a saída de migrantes das áreas rurais locais, com destino a empregos e trabalhos cada vez mais instáveis, precários, contribui para criar desequilíbrios nas estruturas sociais e familiares da sociedade de origem. A distanciação do camponês de sua terra de origem está, principalmente, subordinada à instabilidade do mercado de trabalho no mundo rural modernizado e à volatilidade do mercado de construção civil. A conseqüente insegurança do emprego sujeita os trabalhadores temporários às mais diversas estratégias adaptativas de migração.

## *7.2 Relações de dominação*

Além da metamorfose migratória, o que constatamos é a contínua dominação socioeconômica e proletarização dos trabalhadores rurais em situações de trabalho em constante precarização. Os trabalhadores temporários, já sofredores de más condições históricas de trabalho e emprego, submetem-se ainda mais às transformações do regime capitalista cada vez mais agressivo. O que está acontecendo, na verdade, com a modernização do setor sucroalcooleiro, com o fim da regularidade migratória para esse setor decorrente da mecanização e diminuição dos postos de trabalhos é a precarização das condições de migração e do emprego fragiliza mais ainda os trabalhadores temporários migrantes que se encontram na base da pirâmide social. A migração atual leva inevitavelmente a condições de trabalho e emprego ainda piores, se podemos ousar dizer, do que o trabalho sobre-humano, mas regular e até pouco tempo de oferta considerável e economicamente importante, no corte de cana-de-açúcar.

A noção de dominação, explorada por Marx (1989), Weber (1922) até Bourdieu (1998a), tem em comum que o processo de dominação é desconhecido das pessoas que o sofrem. Na interpretação marxista, os dominados concordam, mesmo sem perceber, em apreender e incorporar categorias linguísticas impostas pelas classes dominantes. De acordo com a perspectiva de Weber, a dominação era percebida como o efeito de um poder que obrigava os dominados a se perceberem de acordo com as categorias impostas. Para ele, “toda dominação busca despertar e manter a crença em sua legitimidade” (WEBER, 1922: 286). A dominação, segundo Bourdieu

(1998a), é exercida através de um duplo processo de reconhecimento/desconhecimento dos dominados, que sofrem a violência simbólica inscrita nas instituições e nos corpos. Para ele, os processos sociais de dominação só são possíveis a partir da interiorização, pelos indivíduos, de uma crença na legitimidade de seu lugar no espaço social, ou seja, a distribuição assimétrica das posições sociais é baseada na crença na legitimidade dessa assimetria. A relação de dominação aqui estudada consiste na realidade que opõe posições assimétricas: por um lado, o empresariado do agronegócio e da construção civil; e por outro, os camponeses, proletários migrantes. Esses grupos sociais antagônicos do meio rural brasileiro, com valores culturais específicos, sujeitos de decisões socioeconômicas desequilibradas, contribuem para explicitar a histórica desigualdade social e econômica brasileira. Os primeiros concentram as riquezas, as benesses governamentais em forma de subsídios; os segundos, “os pobres”, recebem tentativas de compensação insuficientes para alterarem a realidade da vulnerabilidade que se faz notar por sua entrada nos programas de assistência governamental (SIMMEL, 1908). Desse modo, “o dominante é aquele que ocupa na estrutura social uma posição na qual a estrutura aja em seu favor” (BOURDIEU, 2000, p. 238). Essa dominação apoia-se menos sobre o poder ou a influência de alguns que sobre a violência simbólica, multiforme e desconhecida que permite ao sistema social reproduzir suas divisões e classificações.

O que guiou a escolha do quadro teórico foi o conjunto das relações de dominação social e econômica a que está submetida a população rural pobre do Vale do Jequitinhonha. O uso da noção de dominação aqui é ligada à ideia de submissão e a uma crescente situação de vulnerabilidade dos trabalhadores. Atualmente, no que se refere aos migrantes do Vale Jequitinhonha, contrariando as relações escravocratas baseadas em relações pessoais e de coerção direta ou envolvendo questões de trabalho, os trabalhadores estabelecem, com os contratantes mais diversos, muitos desses intermediários, relações formais e impessoais, como homens livres, mas sujeitos ao mercado de trabalho modernizado, escasso, instável e precário. Além dessas questões, houve a recente “modernização” das leis trabalhistas. Essa Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) levou a formas de contratação mais precárias, alterou as normas de saúde e segurança no trabalho, fragilizou os sindicatos e limitou o acesso à justiça, o que atingiu em cheio os trabalhadores rurais.

Na região do Jequitinhonha, a oferta da mão de obra é muito maior do que a demanda, e esta diminuiu nos últimos anos devido à mecanização da colheita de cana-de-açúcar, o que levou, conseqüentemente, a maior concorrência e submissão aos empregadores e suas exigências. A plantation canavieira paulista foi, durante os últimos 50 anos, alimentada por mão

de obra migrante dessa região em condições e relações trabalho de superexploração e escravização (SILVA, 2005). A oferta de trabalho, com base nas redes migratórias entre famílias ou comunidades rurais locais, é muitas vezes tida como dívida moral para com o empregador. O próprio momento de seleção de trabalhadores, dada a excessiva quantidade de candidatos, é intrinsecamente revelador dessa dívida moral dos escolhidos. Assim, os empregadores - os contratantes - mantêm sob o controle os trabalhadores ao lembrarem que não há vagas para todos. O emprego assume aspecto de benefício, especialmente nos processos de seleção, que fazem com que aqueles que são contratados se sintam gratos em relação ao empregador. Tudo se passa como se a região analisada fosse um grande pesque-pague repleto de trabalhadores dóceis, onde pela grande quantidade de mão de obra ofertada os empregadores pudessem selecionar os melhores homens, rejeitar muitos e pagar o baixo preço da sobreoferta. Essa situação é agravada ainda mais pela profissionalização dos “gatos”<sup>4</sup>, que faz com que muitos empreiteiros não sejam os verdadeiros consumidores do pescado, mas contratantes e selecionadores profissionais, uma versão moderna dos antigos aliciadores, que empregam em condições precárias e terminam por engordar as contas dos verdadeiros consumidores. Evidentemente, a sobreoferta mantém os trabalhadores selecionados reféns de uma relação de dominação em que a precariedade de condições de emprego e trabalho prevalece. O que se especifica aqui é que a região, mantida estruturalmente empobrecida, teve sempre abundância de oferta de trabalhadores migrantes e, em consequência, as empresas compram facilmente a submissão dos trabalhadores, vendedores de uma força de trabalho mal remunerada. Os contratantes buscam um comportamento servil, submisso, uma potencial sujeição à precarização das condições de trabalho em empregos instáveis. É a escravidão modernizada. Não se compra necessariamente competência, mas força e subserviência, uma particularidade das condições precárias das relações de trabalho atual. Assim, as transformações do mercado de trabalho encontram na sobreoferta de mão de obra, no Vale do Jequitinhonha, uma condição de vulnerabilidade ideal para o exercício da violência simbólica.

A tese se inscreve no questionamento sobre a interação entre a degradação da natureza, a modernização regressiva do mercado de trabalho e a vulnerabilidade social crescente do homem do campo. A problemática geral aqui exposta é a adaptação da exploração, pelo capitalismo, da natureza e do homem, em um contexto de crise ambiental e modernização acelerada da economia. A análise se interessa pela migração dos camponeses do Vale do Jequitinhonha, historicamente ligada ao trabalho temporário, prioritariamente para a colheita de cana-de-açúcar, sua forma clássica, sazonal, que está se desfazendo. A mecanização da colheita provocou a intensificação do esforço

de trabalho durante o corte manual de cana-de-açúcar, uma vez que o homem busca competir com a máquina colhedeira que ameaça seu emprego. O deslocamento sistemático dos trabalhadores praticamente inviabiliza sua associação a sindicatos ou qualquer outra instituição que os represente no local de chegada. Os trabalhadores migrantes rurais são penalizados pelas condições de trabalho e emprego precarizadas que deterioram a saúde, entendida aqui pela máxima da Organização Mundial de Saúde (OMS) como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades. Assim, os migrantes passam da condição de vulnerável à de dominado pelo mercado de trabalho, restrito, representado pelas indústrias, principalmente do ramo do agronegócio e construção civil. Estas, por sua vez, se beneficiam da generalização crescente da terceirização e precarização do emprego, da grande oferta da mão de obra barata e da consequente sujeição do empregado, um escravo moderno, não o escravo de um dado empresário, mas da classe capitalista como um todo. Ele é livre apenas para escolher a quem vai se escravizar. Ou, como diria Marx, (1989) livre para vender sua força de trabalho ao capital. O emprego precário não é mais uma condição transitória, mas torna-se durável. Para Bourdieu (1988b), a precariedade está em todo lugar e a existência de um exército de mão de obra, qualificada ou não, contribui para que cada trabalhador tenha o sentimento de que ele não é insubstituível e seu trabalho, seu emprego “formal”, é uma forma de privilégio frágil e ameaçado.

Em geral, na literatura, considera-se que a *plantation* é um lugar onde os trabalhadores foram emprisionados, muitas vezes escravizados. No Brasil do início do século XX, no que chamamos de *plantation* clássica, as pessoas estavam presas dentro de um território, recrutadas na condição de moradores. Atualmente, com a *plantation* moderna, ocorre o contrário, ou seja, que o empregador possa pegar as pessoas, usufruir de sua força de trabalho e devolvê-las, desgastadas, à sua região de origem, sem ter que se preocupar com as condições de vida dos trabalhadores. Milhares são descartados depois de consumidas suas forças, permanecendo longos períodos desempregados, na maioria das vezes ainda longe de atingirem a idade mínima para se aposentarem. Assim, na *plantation* açucareira modernizada, presume-se que a dominação não é mais ter as pessoas dentro de um território fixo, mas ter, ao contrário, uma mão de obra migrante, errante, cada vez mais submetida ao mercado de trabalho. Se, para Garcia, “refletir sobre o campo brasileiro, sobretudo a propósito das transformações do século XX, significa necessariamente tomar por objeto o mundo da *plantation*” (GARCIA, 2003, p. 155), para nós significa refletir, no início do século XXI, sobre os efeitos da evolução e modernização da *plantation* sobre a migração de trabalhadores.

A *plantation* é uma ordenação da paisagem, no sentido da sua simplificação, em territórios antes marcados pela vasta dispersão de espécies vegetais, micróbios, animais e seres humanos. Assim também ocorreu na homogeneização e simplificação da paisagem nas chapadas no Alto Vale do Jequitinhonha, quando da desapropriação das terras de posseiros e da implantação da monocultura de eucalipto. Marx (1989) dizia, já no século XIX, que a Era Industrial é só o ápice do processo e que isso nada tem a ver com a espécie humana em si, mas com os “modos de produção”, notadamente aquele, descontrolado, que se deixa guiar pela lógica da acumulação de capital. A *plantation* não é um objeto independente das circunstâncias, não é um território atribuído, ela é todo o sistema de trabalho ao seu redor: de migração, de movimentos e fluxos. Este trabalho e, mais especificamente, a ligação que estamos estabelecendo entre migração e mudança climática, pretende ser uma contribuição para a análise das transformações atuais referidas sob o termo cada vez mais difundido de plantacionoceno. Não estamos analisando a dinâmica estudada em termos do conceito de uma era geológica - que se aplica à antiga *plantation*, entendida como um território específico - mas sim em termos de fluxos (de materiais, recursos econômicos ou pessoas).

O Vale do Jequitinhonha é um exemplo a mais de que a desigualdade no acesso aos recursos naturais está fortemente ligada a formas de desigualdade social e econômica. Essa desigualdade exprime o fato de que os indivíduos não são iguais na exposição aos riscos nem no acesso a recursos ambientais. A mudança climática, a extração histórica de recursos naturais e as secas recorrentes e a escassez hídrica crescente em uma área de transição para o semiárido estão levando a um processo de desertificação inexorável, que inviabiliza, de mais a mais, a pequena agricultura local. A pressão ambiental vem ganhando proporções, gerando consequências sociais e políticas maiores no Vale do Jequitinhonha. Essas questões são, entretanto, envoltas em um processo de mudança climática global que vem alterando as formas de vida do homem e não tem fronteiras. De acordo com a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (2016), as alterações no padrão das chuvas terão importantes efeitos sobre a agricultura latino-americana e caribenha. Será cada vez mais difícil realizar colheitas, criar animais, gerir florestas e pescar nos mesmos locais e da mesma forma que anteriormente.

Os trabalhadores rurais têm um *habitus* de operário fortemente marcado por um sentido de necessidade e pela dureza da realidade da pobreza e do trabalho braçal. Este trabalho domina a existência do homem do campo, compreendendo a dupla condição de proletário e camponês em períodos alternados, impondo trajetórias herdadas e padronizadas na base da pirâmide social. Suas práticas estão relacionadas à sua condição:

como empregados, eles vendem a sua força de trabalho. As classes sociais populares sociais despossuídas tanto de capital cultural, quanto econômico social e simbólico, são incapazes de questionar a ordem estabelecida, e são levadas à “escolha necessária” (BOURDIEU, 1979), imposta pelas pressões e limitações de todas as ordens e à aceitação de sua dominação. No caso dos trabalhadores rurais migrantes, a dominação é impessoal e multifacetada. Atualmente, a cada ano, o contratante, o empreiteiro, o empregador podem mudar e, por consequência, as atitudes, por parte do empregado, de gratidão e reconhecimento pela oportunidade de trabalho também mudam. A impessoalidade está no fato de que a dívida de gratidão, contraída em razão da conquista do emprego por meio do processo de seleção extremamente concorrido dos tempos atuais, não é mais associada a um mesmo patrão durante longos anos, como antes, mas relacionada à inconstância dos novos contratantes. Hoje, no lugar do “gato” que intermediava a contratação antes da massificação da mecanização das colheitas de cana-de-açúcar, quando uma única usina empregava centenas de migrantes, entra o empreiteiro que leva pequenos grupos de trabalhadores para as mais diversas destinações. O distribuir dos migrantes em pequenos e inúmeros grupos, cada vez mais dispersos, faz com que o patrão mude constantemente. Conseguir uma vaga de trabalho no processo de seleção extremamente concorrido atual deixa sempre subentendido uma aceitação prévia das condições de trabalho desconhecidas.

Na década de 1970 não havia vínculo formal entre o trabalhador migrante e o empregador. Esse não vínculo era então intermediado pelo “gato”, o atravessador que, com o passar dos anos, foi substituído pelo empreiteiro, um eufemismo para designar o gato moderno, com o qual os trabalhadores têm, na maioria das vezes, uma proximidade maior do que a empresa contratante. Muitos empreiteiros são os agentes da terceirização das relações de trabalho, prática recorrente no mundo atual globalizado, que já vem acontecendo há várias décadas na agricultura canavieira, “desde o surgimento do processo de volatilização da força de trabalho a partir da década de 1960” (SILVA, 2005, p. 19). A terceirização no mercado interno brasileiro, nos ramos de construção civil, mas, sobretudo, no agronegócio, associada aos gatos ou empreiteiros, atinge em cheio os trabalhos temporários.

A precariedade, segundo Bourdieu (1998), está inscrita em um “novo modo de dominação”, baseado na instituição de um estado generalizado e permanente de insegurança que obriga os trabalhadores a aceitarem a exploração. O autor, em relação a tal fenômeno, forja o expressivo termo *flexploitation* para designar um capitalismo selvagem e sem precedentes. Essa palavra, segundo ele, muito bem evoca a “gestão racional de insegurança” que, instaurando a concorrência entre trabalhadores de países com ganhos



sociais mais importantes e trabalhadores de países menos avançados socialmente, rompe as resistências e obtém obediência e submissão por meio de mecanismos aparentemente naturais, que se justificam por si mesmos. Essas disposições de submissão produzidas pela precariedade são a condição prévia para uma exploração cada vez mais “bem-sucedida”, baseada na divisão entre aqueles que, cada vez mais numerosos, não trabalham e aqueles que, cada vez menos numerosos, trabalham, mas estão trabalhando cada vez mais. A precarização das condições de trabalho no Brasil tem múltiplas faces que evidenciam a terceirização como forma principal de flexibilização das condições do trabalho. Todas as transformações políticas e econômicas contemporâneas no sentido da precarização das condições de emprego e trabalho associadas às questões de alterações climáticas estão levando a mais vulnerabilidade social da população mais desfavorecida, como é o caso da população do Vale do Jequitinhonha. Notadamente, tais transformações impõem aos migrantes uma flexibilidade forçada para adaptar-se ao mercado de trabalho desregulamentado e hiperexplorador. Em relação ao emprego nos canaviais, inúmeras pesquisas<sup>5</sup> revelam as terríveis condições de trabalho, às quais são submetidos os migrantes e problematizam a falta de direitos, a falta de tratamento médico adequado, a jornada de trabalho intensiva e a exploração da força de trabalho. Está ocorrendo aumento precariedade das condições de sobrevivência de uma população vulnerável, o proletariado rural, habituado há muito tempo com a falta de proteção social.

As políticas públicas assistências são de extrema importância para os problemas sociais do povo do Vale do Jequitinhonha. O conhecimento e estratégias por parte do camponês para acesso a essas políticas em articulação com suas estratégias produtivas e de migração-mercado de trabalho-trabalho informal são de suma relevância para sua sobrevivência. Se antes o Vale era o da “miséria”, com a implantação dos Programas Bolsa Família, Luz para Todos, Programa Um Milhão de Cisternas, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outros programas de apoio à agricultura familiar, a fome se foi na história. Isso permitiu que o salário do trabalhador, antes utilizado principalmente para a compra de alimentos, correspondente ao custo de reprodução e manutenção da força de trabalho, fosse utilizado redirecionado para o consumo de bens materiais. Antes havia as dívidas, contas feitas pela família do migrante no comércio (supermercado, farmácia), para ser quitada quando do regresso. Essas despesas vitais agora são cobertas pelo Bolsa Família.

Os sinais desses tempos são o “desenvolvimento” (crescimento do comércio, fomento da construção civil em geral, aumento da circulação de veículos) e urbanização dos pequenos centros populacionais locais. Dessa forma, as políticas públicas assistenciais atenuaram as formas de dominação

dos trabalhadores rurais sem, contudo, mudar o estado de coisas que levavam à migração. Essas políticas combatem a pobreza, mas não a desigualdade estrutural brasileira. Elas são um avanço em termos de assistência social, mas não deixam de ter, em contrapartida, a função de manterem a reprodução da força de trabalho explorada pelo mercado nacional. Elas tentam compensar a precarização das relações de trabalho e emprego em expansão do processo de modernização. Atualmente, o baixo salário dos migrantes não é mais para a família se alimentar como antes, nos tempos da “miséria” no Vale, mas permitir ao trabalhador comprar, construir, mobiliar sua casa, ao mesmo tempo em que degrada sua saúde física e mental. Para os trabalhadores temporários, precarizados, “não existe almoço grátis”. Vendem a força de trabalho não para manterem-se vivos com a compra de alimentos, mas para terem o produto de suas forças de trabalho, o seu salário, investido na aquisição de bens de consumo modernos básicos. O trabalho condiciona, ainda mais, as condições de vida, de representação social, do eu e do mundo em um contexto em que o emprego torna-se cada vez mais precário e vulnerabiliza as condições de existência dos seres humanos, principalmente os de baixo da hierarquia social.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, aumentam as grandes explorações agrícolas construídas em torno do princípio da dissociação entre capital e trabalho, integradas numa economia de mercado predominantemente internacional e criadas pela proximidade estreita entre as elites econômicas e políticas. Hoje em dia, o fenômeno da apropriação da terra marca o crescente desenvolvimento de grandes organizações capitalistas que desviam o uso da terra para a monocultura intensiva. Nesse período ultraliberal que viveu o país, em um novo momento do capitalismo nacional, do ponto de vista social, sobretudo sob o impacto do governo Bolsonaro, discutem-se a falta de política ambiental, a agressividade das multinacionais agrícolas, o uso desenfreado de agrotóxicos ou o desmatamento.

Este trabalho buscou apresentar uma visão dos que estão por baixo, os dominados, numa leitura pouco valorizada da realidade social. A assimetria cresce entre o poder econômico, político e social repressivo de uma elite dominadora e a impotência em que o trabalhador rural é lançado. E essa impotência está ligada à dissolução do emprego formal pela modernidade, à fragilização do meio ambiente e do velho estilo de vida no campo, na qual mergulham os proletários e mais ainda os subproletários em universos de constante competição por trabalho, emprego e renda. Os camponeses, trabalhadores temporários, já vivenciam há décadas o processo de

precarização avassalador, de “uberização”<sup>6</sup>, que afeta hoje o mundo do trabalho moderno. Historicamente desterritorializados e transformados em proletários, sem mecanismos coletivos de defesa, expostos a um mercado de trabalho explorador, desumano, os trabalhadores se adaptam, reagem, mas dentro de um espaço social e econômico delimitado e sem mecanismo de defesa coletivo.

Quanto à condição dos trabalhadores rurais migrantes no mundo do agronegócio, este absorve, nos países emergentes, a mão de obra barata. Esses trabalhadores são, de fato, parte do exército de reserva capitalista utilizado pelo modelo agrícola produtivista - que devasta a natureza - e continuam invisibilizados nas discussões sobre políticas de desenvolvimento, apesar da precariedade de suas condições de trabalho e de vida. Esses trabalhadores continuam como engrenagens do mecanismo que visa à obtenção de cada vez mais lucro, gastando a maior parte de suas vidas na busca de satisfazer suas necessidades básicas de consumo. Encarnações da desigualdade de acesso a bens e recursos na sociedade brasileira, eles lutam por meio da migração temporária para sobreviver em seu local de origem, em um ambiente cada vez mais hostil e desertificado, marcado pela diminuição dos recursos hídricos e pelas mudanças no ciclo das chuvas. A falta de recursos hídricos é um fator de desintegração que amplia os riscos sociais, como a desestruturação familiar e comunitária. Produtos de uma política de desenvolvimento agrícola que exacerba a concentração territorial do Brasil, os camponeses estão sofrendo com o esgotamento dos recursos naturais e com as mudanças climáticas, que afetam seu modo de vida ancestral. No entanto, eles persistem em permanecer homens e mulheres do campo em um Brasil latifundiário cada vez mais desigual e desregulamentado. Para isso, eles enfrentam as adversidades da vida como migrantes destinados a resistir e se adaptar à modernização da agricultura e às mudanças climáticas.

## NOTAS

<sup>1</sup> O habitus é um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a operar como estruturas estruturantes. (Bourdieu, 1972, p. 175).

<sup>2</sup> Como notou Mintz, era uma “synthesis of field and factory” (síntese de campo e fábrica), um sistema agroindustrial de empresa componente da ascensão e crescimento histórico do capitalismo (Mintz, 1986).

<sup>3</sup> Tempo das águas é o período das chuvas, geralmente entre novembro e março, que segundo os camponeses está alterado.

<sup>4</sup> É a pessoa que contrata trabalhadores braçais, como os volantes ou os conhecidos boias-frias, como mão de obra para as fazendas ou projetos agropecuários.

<sup>5</sup> A exemplo de: ALVES, (2006); LEITE LOPES, (1976) et SILVA, (2006).

<sup>6</sup> Uberização é um modelo que usa um aplicativo móvel para conectar motoristas “ocasionais” a clientes. Essa economia de plataforma geralmente usa empreendedores autônomos: trabalhadores que não são assalariados e, portanto, não têm um contrato de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B., & PALMEIRA, M. **A invenção da migração**. Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste (relatório de pesquisa, v. 5), Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional, UFRJ, 1977.
- ALVES, F. (2006). Por que morrem os cortadores de cana? São Paulo, **Saúde e Sociedade**, 15(3),90-98. 2006.  
<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300008>.
- BOURDIEU, P. **Esquisse d’une théorie de la pratique**. Paris : Droz, 1972. Doi: 10.3917/droz.bourd.1972.01.
- BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l’économie**. Paris: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Paris: Édition Seuil, 1998a.
- BOURDIEU, P. La précarité est aujourd’hui partout, Intervention lors des Rencontres européennes contre la précarité. In. : \_\_\_\_\_ . **Contre-feux**. Paris: Raisons, 1998b
- CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**. une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.
- COMERFORD, J. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 57(2), 2014.
- FAO - ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA **Cambio climático seguridad alimentaria nutricional. América Latina el Caribe** (orientaciones de política). (2016). Disponível em: <[http://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/rlc/docs/Cambioclimatico.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/rlc/docs/Cambioclimatico.pdf)>. s/d/a
- GALIZONI, F. M. **A terra construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha**, Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- GALIZONI, F. M. (org.). **Lavradores, águas e lavouras: estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

- GARCIA JR, A. R. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. Porto Alegre, **Sociologia**, ano 5 (10), 154-189. 2003.
- GARCIA JR, A. R. **Libres et assujettis**: marché du travail et modes de domination au Nordeste. Paris: la Maison des Sciences de l'Homme, 176. 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO, E., & GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. São Paulo: **Perspectivas**, 6:85-100. 1983.
- LEITE, A. C. G. A produção do Vale do Jequitinhonha mineiro como uma “região” brasileira e o planejamento regional como instrumento da sua modernização retardatária. **Anais do 14º Encontro de Geógrafos de America Latina**, Lima. Peru, 2013.
- LEITE LOPES, J. S. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. **Estudos do Trabalho**, ano V (8). 2011. Disponível em: <[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)>. s/d/a.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 13. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Livro 1, v. 1 e 2).
- MINTZ, S. **Sweetness and power**. the place of sugar in modern history. New York: Penguin Random House, 1986.
- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- PEREIRA, J. C. A. (2020). Dos migrantes rurais da Argélia aos migrantes do Vale do Jequitinhonha–MG: a contribuição da sociologia de Sayad. In: DIAS, G.; BOGUS, L.; PEREIRA, J. C. A. & BAPTISTA, D. **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo (Brasil): Educ. 2020.
- PIKETTY, T. **Le capital au XXIe siècle**. Paris : Seuil, 2013. Coll. Les livres du nouveau monde, 970.
- RIBEIRO, A. E. M. **Estradas da vida**: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. 1. ed., Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- SAYAD, A. **La double absence**: des illusions de l'émigré au souffrances de l'immigré (Préface de Pierre Bourdieu). Paris : Seuil, 1999. 437 p.
- SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, M. A. M. A morte ronda os canaviais paulistas: reforma agrária. Campinas, **Revista da ABRA**, 33(2), 111-41. 2006.

- SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”. *Agrária* (São Paulo. Online), (2), 2-39. 2005. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i2p2-39>
- SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999 (Prismas).
- SIMMEL, G. **Les pauvres** [1ère éd. en allemand, 1908]. Paris: PUF, 1998.
- SOUZA, J. V. A. Nota científica: fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. Montes Claros, **Unimontes Científica**, 5(2). 2003.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- WEBER M. **Économie et société**. Paris: Plon, 1995 [1922].
- WORTMANN, K. Migração, família e campesinato. Campinas: **Revista Brasileira de Estudos de População**, 7(1), 35-53. 1990.

## RESUMO

O objetivo inicial desta pesquisa foi compreender as consequências socioeconômicas do processo de modernização da colheita da cana-de-açúcar sobre a população rural do Vale do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais, Brasil. Essa população é formada por classes populares brasileiras que passaram por um processo histórico de expropriação e exploração territorial, em grande parte realizado pelo Estado. As famílias que as compõem desenvolveram estratégias de reprodução social a partir da migração, temporária ou permanente, para trabalhar nas regiões mais desenvolvidas do país. À época inicial da pesquisa, os trabalhadores rurais migrantes temporários tinham na colheita manual de cana-de-açúcar sua fonte de renda assalariada e sentiam-se ameaçados com o inexorável processo de mecanização e o consequente fim da migração para trabalhar nas usinas canavieiras do estado de São Paulo. A pesquisa sobre o impacto desse processo no emprego de trabalhadores rurais trouxe à tona outro fator importante que condicionou a migração local, a saber, a mudança climática, pela seca e escassez hídrica crescentes, percebida pelos agricultores na alteração do ciclo das chuvas, e no aumento da temperatura. A modernização e as mudanças climáticas contribuíram, portanto, para que os agricultores ficassem mais expostos às mudanças contemporâneas no mercado de trabalho. A essas duas maiores questões acrescentam-se a desagregação familiar dos camponeses e a precarização do trabalho em um processo de dominação crescente de indivíduos em condição de vulnerabilidade social. A hipótese de adaptação dos trabalhadores a essa nova realidade, com a diversificação dos fluxos migratórios, que substitui a hipótese de desemprego avassalador, levou-nos a construir o conceito de uma “migração adaptativa” face à diminuição e precarização do emprego.

**Palavras-chave:** Migração; Mudança climática; Modernização; Precarização do trabalho; Desintegração familiar.

## RÉSUMÉ

L'objectif initial de cette recherche était de comprendre les conséquences socio-économiques du processus de modernisation de la récolte de la canne à sucre sur la population rurale de la vallée de Jequitinhonha dans l'état de Minas Gerais au Brésil. Cette population est formée par les classes populaires qui ont subi un processus historique d'expropriation et d'exploitation territoriale, largement opéré par l'État. Les familles qui les composent ont développé des stratégies de reproduction sociale qui passent par la migration, temporaire ou permanente, pour travailler dans les régions plus développées du pays. Au moment de la recherche, les travailleurs ruraux migrants avaient pour revenu la récolte manuelle de la canne à sucre. Ils se sentaient menacés par le processus inexorable de mécanisation et la fin conséquente de la migration temporaire pour travailler dans les usines de canne à sucre de l'État de São Paulo. La recherche sur l'impact de ce processus sur l'emploi des travailleurs ruraux dans ce contexte de mécanisation a permis de faire émerger un autre facteur majeur qui a conditionné la migration locale, à savoir l'impact du changement climatique : la sécheresse et les pénuries d'eau croissantes étaient perçues par les paysans à travers l'altération du cycle des pluies et dans l'augmentation des températures. La modernisation et le changement climatique ont ainsi contribué à une plus grande exposition des paysans aux changements contemporains du marché du travail. A ces deux questions majeures s'ajoute la désintégration des familles paysannes et la précarisation du travail dans un processus de domination croissante d'individus déjà vulnérables. L'hypothèse d'une adaptation des travailleurs à cette nouvelle réalité, avec la diversification des flux migratoires, qui remplace l'hypothèse d'un chômage écrasant, nous a conduit à construire le concept d'une « migration adaptative » face à la réduction et à la précarisation du travail.

**Mots clés:** Migration ; Le changement climatique ; Modernisation ; L'insécurité de l'emploi ; Désintégration familiale.

## ABSTRACT

The initial objective of this research was to understand the socioeconomic consequences of the modernization process of sugarcane harvesting on the rural population of the Jequitinhonha Valley in the state of Minas Gerais, Brazil. This population is formed by Brazilian popular classes that have gone through a historical process of expropriation and territorial exploitation, largely carried out by the State. The families that make them up have developed social reproduction strategies based on temporary or permanent migration to work in the more developed regions of the country. At the time of the research, the temporary migrant rural workers had in the manual harvest of sugarcane their source of paid income and felt threatened by the inexorable process of mechanization and the consequent end of migration to work in the sugarcane mills in the state of São Paulo. The research on the impact of this process on the employment of rural workers brought to light another important factor that conditioned local migration, namely the climate change, by the increasing drought and water shortage, perceived by farmers in the alteration of the rainy cycle, «the time of the waters», and in the increase of temperature. Modernization and climate change have thus contributed to farmers' greater exposure to contemporary changes in the labor market. Added to these two major issues is the breakdown of the peasants' families and the precarization of labor in a process of increasing domination of already vulnerable individuals. The hypothesis of adaptation of workers to this new reality, with the diversification of migratory flows, which replaces the hypothesis of overwhelming unemployment, led us to construct the concept of an «adaptive migration» in the face of decrease and precarization of employment.

**Keywords:** Migration; Climate change; Modernization; Job precarization; Family disintegration.

## RESUMEN

El objetivo inicial de esta investigación fue comprender las consecuencias socioeconómicas del proceso de modernización de la cosecha de la caña de azúcar en la población rural del Valle de Jequitinhonha, en el Estado de Minas Gerais, Brasil. Esta población está formada por clases trabajadoras brasileñas que han pasado por un proceso histórico de expropiación y explotación territorial, en gran parte llevado a cabo por el Estado. Las familias que las componen han desarrollado estrategias de reproducción social basadas en la migración temporal o permanente para trabajar en regiones más desarrolladas del país. En el momento de la investigación, los trabajadores rurales migrantes obtenían sus ingresos mediante la cosecha manual de la caña de azúcar y se sentían amenazados por el proceso inexorable de mecanización y el consiguiente fin de la migración temporal para trabajar en las fábricas de caña de azúcar en el estado de São Paulo. La investigación sobre el impacto de este proceso en el empleo de los trabajadores rurales en este contexto de mecanización reveló otro factor importante que condicionó la migración local, a saber, el impacto del cambio climático, la sequía y la creciente escasez de agua, percibidas por los agricultores a través de la alteración del ciclo de lluvia y un aumento de la temperatura. Así pues, la modernización y el cambio climático han contribuido a que los agricultores estén más expuestos a los cambios contemporáneos del mercado laboral. A estos dos grandes problemas se suman la desintegración de las familias de los agricultores y la precariedad del trabajo, en un proceso de creciente dominación de individuos ya de por sí vulnerables. La hipótesis de la adaptación de los trabajadores a esta nueva realidad, con la diversificación de los flujos migratorios, que sustituye a la hipótesis del desempleo desbordante, nos llevó a construir el concepto de “migración adaptativa” frente a la reducción y la precarización del trabajo.

**Palabras clave:** Migración. Cambio climático. Modernización. Inseguridad laboral. Desintegración familiar.